

**LEI Nº 7.753, DE 11 DE JUNHO DE 2002**

Altera a redação do [inciso II do art. 4º da Lei nº 6.915, de 11/04/97](#), que dispõe sobre a contratação, por tempo determinado, de pessoal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 19 da Constituição Estadual e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O [inciso II do art. 4º da Lei nº 6.915, de 11 de abril de 1997](#), que dispõe sobre a contratação, por tempo determinado, de pessoal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 19 da Constituição Estadual e dá outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º -.....

I -.....

II - doze meses, nos casos dos incisos II, III, IV, VII e VIII do art. 2º."

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. A Excelentíssima Senhora Chefe do Gabinete do Governador a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 11 DE JUNHO DE 2002, 181º DA INDEPENDÊNCIA E 114º DA REPÚBLICA.

**JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES**  
Governador do Estado do Maranhão

**LEI Nº 10.206 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015**

Altera a Lei 6.915, de 11 de abril de 1997, que dispõe sobre a contratação, por tempo determinado, de pessoal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.

Faço saber que o Governador do Estado do Maranhão, adotou a Medida Provisória nº 191, de 20 de janeiro de 2015, que a Assembleia Legislativa do Estado aprovou, e eu, Deputado OTHELINO NETO, Presidente, em exercício, da Assembleia Legislativa do Estado, para os efeitos do disposto no art. 42, da Constituição Estadual com a nova redação dada com a Emenda Constitucional nº 038/2003, combinado com o art. 11, da Resolução Legislativa nº 450/2004, promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** A Lei nº 6.915, de 11 de abril de 1997, passa a vigorar

"Art. 2º (...)

§1º. Nos casos dos incisos V, VI e VIII deste artigo, os contratos poderão ser prorrogados, no máximo, uma vez, até o final do ano letivo em que expirar a vigência do instrumento contratual.

**Art. 4º.** (...)

§1º. No caso dos incisos V, VI e VII do art. 2º, os contratos poderão ser prorrogados desde que não ultrapassem a quatro anos.

**Art. 9º.** (...)

III - ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei, exceto nos casos dos incisos IV e VII do artigo 2º, respeitado o prazo de carência de 2 anos entre os contratos".

**Art. 2º.** A Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 74 (...)

IV - gratificação técnica;

**Art.82** A gratificação técnica será concedida pelo Secretário de Estado ao qual esteja subordinado o servidor, dentro dos limites estabelecidos pelo Comitê de Política Salarial e dependerá dos seguintes requisitos:

I - execução de trabalho ou atividade relevante ao serviço público;

II - que o servidor seja detentor de nível médio ou superior.

§1º. O valor global da gratificação, por Secretaria, será arbitrado pelo Comitê de Política Salarial quanto aos aspectos orçamentários e financeiros.

§2º. O Governador do Estado fixará, por decreto, o limite individual de percepção da gratificação, por servidor.

§3º. A gratificação de que trata este artigo será regulamentada por decreto."

**Art. 3º.** A Lei nº 9.982, de 04 de fevereiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 3º (...)

I - (...)

b) Secretários de Estado e cargos equivalentes;

(...)

II - vinte representantes da sociedade civil ou profissionais de instituição pública ou privada.

§ 2º Os membros natos do Conselho, de que trata o inciso I, ao serem exonerados ou deixarem seus cargos, perderão automaticamente o assento no CONGEP."

**Art. 4º.** Ficam revogados o § 2º e seus incisos do art. 8º, o art. 9º e seu parágrafo único da Lei nº 9.982, de 4 de fevereiro de 2014 e o § 2º, do art. 2º da Lei nº 6.915, de 11 de abril de 1997.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**MANDA, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir na forma em que se encontra redigida.**

**O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, a faça imprimir, publicar e correr.**

**PLENÁRIO DEPUTADO "NAGIB HAICKEL" DO PALÁCIO "MANUEL BECKMAN", em 24 de fevereiro de 2015.**

Deputado OTHELINO NETO

Presidente, em exercício

**LEI Nº 6.915, DE 11 DE ABRIL DE 1997**

Dispõe sobre a contratação, por tempo determinado, de pessoal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 19 da Constituição Estadual, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, EM EXERCÍCIO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

**Art. 2º** - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência a situações de calamidade pública;

II - combate a surtos endêmicos;

III - realização de recenseamento;

IV - admissão de professor substituto e professor-visitante;

V - admissão de professor e pesquisador-visitante estrangeiro;

VI - execução do serviço por profissional de notória especialização, inclusive estrangeiro, nas áreas de pesquisa científica e tecnológica;

~~VII - admissão de professores para o ensino fundamental, ensino especial, ensino médio e instrutores para oficinas pedagógicas e profissionalizantes, desde que não existam candidatos aprovados em concurso público e devidamente habilitados.~~

VII - admissão de professores para o ensino fundamental, ensino especial, ensino médio e instrutores para oficinas pedagógicas e cursos de educação profissional, desde que não existam candidatos aprovados em concurso público e devidamente habilitados;" (NR) (Redação dada pela Medida Provisória nº 088, de 20 de janeiro de 2011.)

VIII - contratação de pessoal técnico, administrativo e operacional para atender às necessidades inadiáveis de serviços públicos essenciais." ( Acrescentado Medida Provisória nº 088, de 20 de janeiro de 2011.)

§ 1º Nos casos dos incisos V, VI, VII e VIII deste artigo, os contratos poderão ser prorrogados, no máximo, uma vez, até o final do ano letivo em que expirar a vigência do instrumento contratual. ( Acrescentado Medida Provisória nº 088, de 20 de janeiro de 2011 .)

§ 2º No caso do inciso VII deste artigo, em caráter excepcional, por motivo devidamente justificado, os contratos poderão, ainda, ter a vigência prorrogada até a data final das atividades letivas do ano em que expirar a primeira prorrogação. ( Acrescentado Medida Provisória nº 088, de 20 de janeiro de 2011.)

~~**Art. 3º** - O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, inclusive por meio do Diário Oficial do Estado, prescindindo de concurso público.~~

~~§ 1º - A hipótese prevista no inciso I do art. 2º prescindirá de processo seletivo.~~

Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, inclusive por meio do Diário Oficial do Estado. (NR) (Redação dada pela Medida Provisória nº 088, de 20 de janeiro de 2011.)

§ 1º A hipótese prevista no inciso I do art. 2º prescindirá de processo seletivo, dispensável pelo Governador do Estado, mediante justificativa do órgão ou entidade interessada." (NR) (Redação dada pela Medida Provisória nº 088, de 20 de janeiro de 2011.)

§ 2º - A contratação de pessoal nos casos dos incisos V e VI do art. 2º poderá ser efetivada à vista de notória capacidade técnica ou científica do profissional, mediante análise do curriculum vitae.

**Art. 4º** - As contratações serão feitas por tempo determinado e improrrogável, observados os seguintes prazos máximos:

I - seis meses, nos casos dos incisos I e II do art. 2º;

~~II - doze meses, nos casos dos incisos III, IV e VII do art. 2º;~~

II - doze meses, nos casos dos incisos II, III, IV, VII e VIII do art. 2º." (Alterado pela Lei nº 7.753, de 11 de junho de 2002)

III - até quatro anos, nos casos dos incisos V e VI do art. 2º.

IV - dois anos, no caso do inciso VIII do art. 2º. ( Acrescentado Medida Provisória nº 088, de 20 de janeiro de 2011.)

**Parágrafo único.** Nos casos dos incisos V e VI, os contratos poderão ser prorrogados, desde que o prazo não ultrapasse a quatro anos.

**Art. 5º** - As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e mediante autorização expressa do chefe do Poder Executivo.

§ 1º - Os órgãos ou entidades contratantes encaminharão à Secretaria de Estado da Administração, Recursos Humanos e Previdência, para controle da aplicação do disposto nesta Lei, cópia dos contratos efetivados.

§ 2º - Vetado.

**Art. 6º** - REVOGADO

**Parágrafo único** - REVOGADO

~~**Art. 7º** - Nas contratações por tempo determinado serão observados as referências iniciais constantes na tabela de vencimento do órgão ou entidade contratante, exceto na hipótese do inciso VI do art. 2º, quando serão observados os valores do mercado de trabalho.~~

**Parágrafo único.** Para os efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

**Art. 7º**— Nas contratações por tempo determinado serão observadas as referências iniciais constantes na tabela de vencimento do órgão ou entidade contratante, exceto na hipótese do inciso VI do art. 2º, quando serão observados os valores do mercado de trabalho. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 003 de 2004\)](#)

§ 1º— Para efeito deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma, nem a gratificação de que trata o art. 59 da [Lei nº 6.110, de 15 de agosto de 1994](#), aos contratados para o exercício das funções previstas no inciso VII do art. 2º desta Lei. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 003 de 2004\)](#)

§ 2º— Nas contratações com base no inciso VII do art. 2º desta Lei, deverá ser observado o vencimento base: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 003 de 2004\)](#)

a) da Classe I, Referência 1, para os portadores de formação de nível médio; [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 003 de 2004\)](#)

b) da Classe IV, Referência 19, para os portadores de formação de nível superior.” (NR) [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 003 de 2004\)](#)

§ 2º— O vencimento do pessoal contratado, com base no inciso VII, do art. 2º, desta Lei, será fixado pelo Poder Executivo em importância não superior ao valor do vencimento do servidor efetivo de final de carreira das categorias correspondentes, previstas no Estatuto do Magistério de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão, podendo ser atribuída a gratificação de que trata o inciso V, do art. 74, da [Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994](#). [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 008 de 18 de outubro de 2004\)](#)

**Art. 7º.** Nas contratações por tempo determinado serão observadas as referências iniciais constantes na tabela de vencimento do órgão ou entidade contratante, exceto na hipótese do inciso VI, do art. 2º, quando serão observados os valores do mercado de trabalho. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 008 de 18 de outubro de 2004\)](#)

§ 1º. Para efeito deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma e nem a gratificação de que trata o art. 59 da [Lei nº 6.110, de 15 de agosto de 1994](#) aos contratados para o exercício das funções previstas no inciso VII, do art. 2º, desta Lei. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 008 de 18 de outubro de 2004\)](#)

§ 2º - O vencimento do pessoal contratado com base no inciso VII do art. 2º desta Lei, será fixado pelo Poder Executivo, em importância não superior ao valor do vencimento do servidor efetivo, de final de carreira das categorias correspondentes, previstas no Estatuto do Magistério de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão, podendo ser atribuída a gratificação de que trata o inciso V do art. 74 da [Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994](#). [\(Redação dada pela Lei nº 302 de 2007\)](#)

**Art. 8º**— Ao pessoal contratado nos termos desta Lei aplica-se o disposto na [Lei Delegada nº 131, de 23 de novembro de 1977](#).

**Art. 8º** O pessoal contratado nos termos desta Lei é vinculado ao Regime Geral de Previdência Social. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 088, de 20 de janeiro de 2011.\)](#)

**Art. 9º** - O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

I - receber atribuições, funções e encargos não previstos nos respectivos contratos;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário, em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função gratificada;

III - ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei.

**Parágrafo único.** A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão de contrato nos casos dos incisos I e II, ou na declaração da insubsistência, no caso do inciso III, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

**Art. 10** - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância concluída no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa.

**Art. 11** - Aplica-se ao pessoal contratado nos termos desta Lei o disposto nos arts. 64 a 66; 77; 108; 109; 153. I, alíneas "h" a "m"; 173 a 178; 179, II; 209, incisos I a V, alíneas "a" e "c", VII a XVI e parágrafo único; 210, incisos I a XIII, XV a XX; 215 a 220; 221, incisos I a IV a 225 caput, 228; 231 e 232 da [Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994](#).

**Art. 12** - O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado.

§ 1º - A extinção do contrato, no caso do inciso II, será comunicada com a antecedência mínima de trinta dias.

§ 2º - A extinção do contrato por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento, ao contratado, de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**Art. 13** - O tempo de serviço prestado em virtude da contratação nos termos desta Lei será contado para todos os efeitos.

**Art. 14** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os arts. 274, 275 com seus incisos I, II, III, IV, V e VI e §§ 1º, 2º, 3º, 276 e 277, da [Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994](#).

Mando, portanto, a todos as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Governo a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 11 DE ABRIL DE 1997, 176º DA INDEPENDÊNCIA E 109º DA REPÚBLICA.

**JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES**

Governador do Estado do Maranhão, em exercício

[Alterada pela Medida Provisória Nº 191 de 20 de janeiro de 2015.](#)

[Alterada pela Medida Provisória Nº 193 de 23 de fevereiro de 2015.](#)

